



Número: **0807953-21.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **23ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **05/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MANOEL MATIAS DA SILVA FILHO (AUTOR)		ERIC TORQUATO NOGUEIRA (ADVOGADO)	
MAPFRE SEGUROS (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
47891977	15/08/2019 15:37	<a href="#">Petição</a>	Petição
47892431	15/08/2019 15:37	<a href="#">2606454_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01</a>	Outros documentos
47892434	15/08/2019 15:37	<a href="#">2606454_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_Anexo_01</a>	Outros documentos

Juntada de impugnação ao laudo pericial.





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 23ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN

Processo: 08079532120198205001

**MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MANOEL MATIAS DA SILVA FILHO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DA COISA JULGADA

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo a ocorrência do instituto da coisa julgada, matéria que pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição, por tratar-se de matéria de ordem pública, podendo ser examinada pelo juiz ou tribunal no ato da arguição.

Neste sentido, informa da existência de outra demanda idêntica à presente, ou seja, com as mesmas partes, pedido e causa de pedir, a qual fora registrada sob o número **0002270-16.2010.8.20.0001**, e tramitou perante o Juízo da **09ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL**, tendo havido trânsito em julgado de decisão de mérito, fazendo-se coisa julgada material, conforme comprovam as cópias inclusas.

Desta feita, requer o reconhecimento da COISA JULGADA, a fim de se julgar EXTINTO o feito, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, V, do CPC.

Prestigiando o princípio da eventualidade, continua a Ré em suas argumentações.

#### QUESTÃO PREJUDICIAL DE MÉRITO

#### PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO

*Ab initio*, mister ressaltar que o prazo prescricional para ajuizamento da presente ação é de três anos, segundo preceitua **artigo 206, § 3º, IX, do Código Civil**<sup>1</sup>, sendo este prazo ratificado pelo Superior Tribunal de Justiça desde 2009 através da **Súmula 405**<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Art. 206 Prescreve:

§ 3º Em 3 (três) anos:

IX - a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso do seguro de responsabilidade civil obrigatório

<sup>2</sup> Súmula 405 STJ: "A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos"



Na hipótese em tela, o sinistro ocorreu no dia **21/01/2007**, sendo o pagamento administrativo realizado em **07/10/2009**, conforme se comprova na documentação acostada aos autos.

Assim, considerando que a parte autora somente ajuizou a ação no dia **01/05/2019**, verifica-se que o direito de ação do Autor prescreveu, na medida em que já havia transcorrido mais de 3 (três) anos do pagamento administrativo<sup>3</sup>.

Pelo exposto, a Ré requer seja extinto o feito com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, inciso II do Código de Processo Civil c/c 206, § 3º, inciso IX do Código Civil, por absolutamente prescrita a pretensão autoral.

#### **DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA – DISTORÇÃO DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 278 DO STJ**

Não assiste razão a parte Autora na tentativa de adequar seu caso à hipótese de afastamento da prescrição em razão da aplicação da súmula 278 do STJ, visto que, em situação diametralmente oposta do que é alegado, percebe-se pelos documentos dos autos que a vítima não submeteu-se a tratamento permanente e contínuo com vistas a recuperação da lesão acometida em virtude do acidente.

Corroborando com o alegado, somente são juntados na exordial documentos médicos da época em que o mesmo sofreu acidente, deixando de acostar laudos que comprovem que este ficou em tratamento contínuo até a suposta ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez<sup>4</sup>.

Imperioso ressaltar que o simples fato da parte Autora se submeter a uma nova perícia, não pode dar ensejo à renovação do prazo prescricional, sob pena de esvaziar o instituto da prescrição, tornando a ação de cobrança de seguro DPVAT, imprescritível, mormente por se tratar de um seguro cuja uma das coberturas é a invalidez **permanente**.

Forçoso assinalar que a simples alegação de que a “ciência inequívoca” se deu tanto tempo após o fato, abrirá precedentes para que, qualquer indivíduo ajuíze demandas no judiciário com sua pretensão prescrita, bastando apresentar um novo laudo do IML, alegando que sua ciência se deu nesta data.

Ademais, não é crível nem verossímil que, após ter sofrido um acidente que resultou graves lesões e sequelas permanentes, conforme alega o Requerente, após o decurso de tanto tempo é que tenha se dado conta do verdadeiro efeito das lesões sofridas e suas consequências.

Diante do exposto, e por tudo mais que dos autos consta, irremediável a não aplicação da súmula 278 do STJ, por ser razão da mais lúdima justiça!

#### **DO LAUDO PERICIAL**

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

<sup>3</sup>“PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO. PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL. PRECEDENTES. 1. Nos termos da jurisprudência do STJ, a prescrição da pretensão de cobrança de complementação do seguro DPVAT prescreve em três anos, a contar do recebimento administrativo a menor. 2. Agravo não provido.” (AgRg no REsp n. 1.382.252/PR, Terceira Turma, relatora Ministra Nancy Andrighi, DJe de 30.8.2013.)”

<sup>4</sup>“STJ, A.I nº 1.375.362 – MT, Relator Ministro Raul Araújo, julgamento 30/11/2011 “RECURSO DE APELAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA - RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - SÚMULA Nº 405 DO STJ - PRAZO DE 03 (TRÊS) ANOS ART. 206, § 3º, IX, DO CC/2002 - SÚMULA Nº 297 DO STJ - INAPLICABILIDADE NO CASO CONCRETO - PRESCRIÇÃO OCORRIDA ANTES DO INÍCIO DE QUALQUER EXAME PERICIAL - IMPOSSIBILIDADE DA PRESCRIÇÃO FICAR DEPENDENTE DE AÇÃO POTESTATIVA DA VÍTIMA – VONTADE DE SE SUBMETTER OU NÃO AO EXAME – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.”



Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Ocorre que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a **liquidação do sinistro na esfera administrativa**, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da **prova pericial corresponde ao pagamento efetuado administrativamente** na monta de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

NATAL, 9 de agosto de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR**  
**5432 - OAB/RN**



7ª Vara Cível da Comarca de Natal  
Processo nº 001.10.002270-8  
Data do sinistro: 21/10/2007  
( ) Morte (X) Invalidez permanente  
Pagamento administrativo: (X) Sim ( ) Não  
Valor pago: R\$ 2362,50  
Pedido: R\$ 16.237,50  
Perícia judicial? ( ) Sim (X) Não  
Especialidade do perito: —

DPVAT

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

COMARCA DE NATAL/RN

DADOS DO PROCESSO

Foro de Natal  
9ª Vara Cível  
Secretaria da 9ª Vara



001.10.002270-8  
JUSTIÇA GRATUITA

Classe : Cobrança / Sumário  
Valor : R\$ 16.237,50  
Autor : Mancel Matias da Silva Filho  
Advogados : Daniel Gurgel Marinho Fernandes e  
outros  
Réu : Unibanco Aig Seguros  
Observação : Classe: Ação de Cobrança de  
Seguro DPVAT

Distribuição: Sorteio - 28/01/2010 12:10:39

Controle: 2010/000052

AUTUAÇÃO

Certifico que, na data acima informada no campo correspondente à distribuição, nesta cidade de  
Capital do Estado do Rio Grande do Norte, autuei nesta Secretaria, as peças que se seguem. Eu  
Diretor(a) de Secretaria.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DE UMA DAS VARAS  
CÍVEIS DA COMARCA DE NATAL/RN,**

JUSTIÇA GRATUITA

00110.000270-5 2019-01-08 14:32

**MANOEL MATIAS DA SILVA FILHO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 084.37.344-16, portador do RG nº 2.882.059, residente e domiciliado no Povoado Campo Grande, nº 30, Canto Grande, Rio do Fogo/RN, CEP: 59.578-000, vem perante este Juízo, mui respeitosamente, através de seus bastantes procuradores *in fine* assinados (instrumento procuratório em anexo), propor a presente

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**

em face de **UNIBANCO AIG SEGUROS**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 33.166.158/0001-95, com filial na Rua João Pessoa, 267 – Loja 04/06, Cidade Alta, Natal/RN, CEP 59.025-500, requerendo no final pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

### **I. DOS FATOS:**

Em 21 de janeiro de 2007, por volta das 19 horas e 50 minutos, o Requerente conduzia uma motocicleta, placa, MMW-6160, quando foi colidido por um automovel, não identificado, conforme demonstra o boletim de ocorrência, ora colacionado.

g





Devido esta fatalidade, o Autor fraturou a perna esquerda, decorrendo em incapacidade parcial em caráter permanente, em virtude de perda em torno de 30% de movimento da flexo-extensão do tornozelo esquerdo, de acordo com o Relatório Médico emitido pelo DR. Mucio Aurélio N. Luzia, em anexo.

Ocorre que, ao pleitear o seguro DPVAT administrativamente, o Autor teve reconhecida a incapacidade permanente, mas recebeu apenas o montante de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a despeito da Legislação pertinente, de acordo com o extrato ora acostado.

É que a seguradora pagadora do DPVAT escalonou, arbitrariamente e pelo seu próprio alvedrio, a incapacidade em percentuais de invalidez permanente, o que é flagrantemente ilegal, uma vez que a Lei que instituiu o DPVAT, bem como suas alterações, não trouxe qualquer partição da indenização.

Assim sendo, vem o requerente buscar, anelante, a proteção jurisdicional do Estado-Juiz, com fito de resguardar aquilo que lhe é de direito, pleiteando JUSTIÇA, simplesmente JUSTIÇA!

## **II. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS - SEGURO DPVAT:**

O DPVAT é um seguro de cobertura de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, instituído pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pelas Lei nº 8.441/92 e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, como política de Estado para indenizar às vítimas de acidentes causados por veículos que tem motor próprio e circulam em vias terrestres.

O DPVAT é obrigatório a todos os veículos automotores, sem exceção, e deve ser pago juntamente com a cota única ou primeira parcela do IPVA, à vista, não cabendo parcelamento do mesmo. A *ratio legis* dessa medida é justamente para garantir o pagamento imediato das indenizações das vítimas.







Importante esclarecer que a Lei do DPVAT prevê três tipos de cobertura, desde que haja vitimização em acidente envolvendo veículos automotores de via terrestre ou por cargas transportadas por esses veículos, sejam elas: por morte; por invalidez total ou parcial; ou por despesas de assistência médica e suplementares, conhecidas como DAMS. Esta última modalidade prevê o reembolso de despesas devidamente comprovadas.

No caso em apreço, é nítida a subsunção normativa, uma vez que houve vitimização do requerente em acidente de trânsito, dimanando incapacidade parcial permanente, conforme Laudo Pericial já referido.

O benefício por invalidez permanente prevê uma indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como dispõe a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, alterada pela Lei 11.482, de 31 de maio de 2007, que alterou a Lei do DPVAT, senão vejamos:

Artigo 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e;
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Negritei).

Esclareça-se que o entendimento jurisprudencial, em que pese os valores acima, por uma interpretação extensiva da Lei do Seguro Obrigatório em função do seu cunho social, tem fixado o valor da indenização em 40 (quarenta) salários mínimos, não se incompatibilizando com a norma que proíbe sua indexação ao salário mínimo, conforme expressado no julgado abaixo:





Processual civil. Recurso especial. Agravo no agravo de instrumento. Seguro obrigatório. Acidente de trânsito. Seguradora. Legitimidade passiva. Prequestionamento. Ausência. Fundamentação deficiente. Valor da indenização. Legalidade. - Ausente o prequestionamento da matéria cuja discussão se pretende, não se conhece do recurso especial.

- Não se conhece do recurso especial na parte em que se encontra deficientemente fundamentado.

- Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório assegurado direito de regresso.

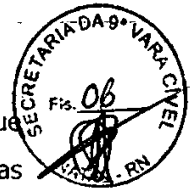
- O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, não havendo incompatibilidade entre o disposto na Lei n. 6.194/74 e as normas que impossibilitam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedentes. Agravo não provido. (STJ. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0021894-5. Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI. T3 - TERCEIRA TURMA. DJ 24/04/2006 p. 397). (Negrito).

Entretanto, em nenhum momento a legislação pertinente estabeleceu critérios objetivos para a quantificação da referida indenização, informando, de forma genérica, imprecisa, que o valor a ser pago à vítima seria de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou como fixou a Jurisprudência, 40 (quarenta salários mínimos).

Assim sendo, não tendo a Lei definido parâmetros de como deve ser paga as indenizações, não cabe a qualquer seguradora participante do consórcio Líder Seguradora legislar, principalmente em função de interesses próprios, o que é dínamo de injustiças, uma vez que baseadas em critérios subjetivos, aleatórios e inconsistentes.

Essa total falta de regulamentação transforma a discricionariedade em amplo e irrestrito arbítrio, já que não há o estabelecimento de limites claros em nenhuma parte do ordenamento jurídico, ficando as vítimas, assim como o autor, à deriva dos humores e necessidades das seguradoras.





Repise-se: é inadmissível, em nosso ordenamento jurídico, que haja uma fixação de indenizações dos Segurados do DPVAT pelas próprias seguradoras, onde coexiste intrinsecamente um evidente conflito de interesses.

Tal entendimento encontra respaldo nos julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS – INDENIZAÇÃO POR MORTE – FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MINIMOS – LEI 6.194/74 ART.3º  
RECIBO DE QUITAÇÃO – RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO – DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. I –  
Pacifica a jurisprudência desta corte no sentido de que CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR. INVALIDEZ PERMANENTE. COBRANÇA DE DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. RECIBO DE QUITAÇÃO. RENÚNCIA AO DIREITO DO SEGURADO. INCIDÊNCIA APENAS QUANTO AO EFETIVAMENTE RECEBIDO. JUROS DE MORA. CÔMPUTO A PARTIR DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. PRECEDENTES.(TJ/RN: AC: 2007.002656-2. 3ª Câm. Cível. Rel. Dês. João Rebouças. Julg. 31/05/2007).

O pedido de complementação da indenização do seguro obrigatório à vítima também foi apreciado pelo Excelso Superior Tribunal de Justiça, que declarou ser devida na forma da Lei própria, senão vejamos:

Direito civil e processo civil. Recurso especial. Ação de cobrança de complementação de valor da indenização de seguro obrigatório. DPVAT. Danos morais. Inadimplemento contratual. Inviabilidade do pleito. - O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais. Precedentes. - Deve, contudo, ser condenada a seguradora a complementar o valor da indenização



concernente ao seguro obrigatório, nos termos em que dispõe o art. 3º, alínea "a", da Lei n.º 6.194/74, como estabeleceu o Juízo de origem.

Recurso especial conhecido e provido. (STJ. REsp 723729/RJ. Rel. Min. NANCY ANDRIGHI. T3 - TERCEIRA TURMA. DJ 30.10.2006 p. 297).

(Negritei).

Importante salientar, em perfeita sintonia com os julgados acima, que o valor recebido pelo requerente não implicou em qualquer renúncia ao que ora pleiteia.

**III. DO RECONHECIMENTO DA INVALIDEZ DO SEGURADO POR SEGURADORA QUE COMPÕE O CONSÓRCIO LÍDER DOS SEGUROS DPVAT. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE QUE SE IMPÕE.**

Como pode-se verificar nos presentes autos, ao pleitear administrativamente o seu direito ao prêmio, a parte autora teve reconhecida a sua incapacidade parcial permanente pela seguradora, baseado em LAUDO MÉDICO acostado, o que oportunizou ao pagamento de uma fração do valor total indenizatório estipulado no art. 3º da Lei do DPVAT, baseando-se no inciso II, do art. 3º, da Resolução CNSP nº 154/2006, que dispõe:

(omissis...)

II – em caso de invalidez permanente, desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter da invalidez, a quantia que se apurar, tomando-se por base o percentual da incapacidade de que for portador a vítima, de acordo com a tabela constante das normas de acidentes pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista nas normas vigentes, na data da liquidação do sinistro;

Ou seja, a invalidez permanente do Autor já foi constatada pelo Consórcio que Administra o Seguro DPVAT através de Perícia Administrativa, senão não haveria pagamento parcial do prêmio requerido, conforme comprovante de recebimento que o Autor anexa a exordial.





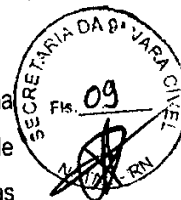
Com a demonstração inequívoca da incapacidade definitiva Parte Autora, confirmada pela Perícia Administrativa realizada por Peritos legalmente habilitados, há a desnecessidade de outra perícia médica, o que afasta a COMPLEXIDADE DA PROVA, devendo o feito seguir pelo rito sumário.

Nessa esteira, são várias as decisões, inclusive dos Juizados Especiais por todo o Brasil, comprovando a falta de necessidade de produção de prova pericial, como se vê abaixo:

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INCOMPETENCIA DO JUÍZO. FALTA DE DOCUMENTO E IMPUGNAÇÃO AO LAUDO MÉDICO. IMPUGNAÇÃO AO BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL. VALOR INDENIZATÓRIO. AUTORIDADE DO CNSP. ILEGITIMIDADE PASSIVA. I. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível. II. Em razão do novo regramento do Ministério Público Estadual, que estabelece que o IML do RS não mais fará perícias para DPVAT, basta para a vítima apresentar boletim de atendimento hospitalar e / ou laudo médico e boletim de ocorrência para restar provado o dano decorrente de acidente de trânsito. A autora anexou aos autos os documentos necessários para receber a indenização. III. O boletim de ocorrência policial comprova o direito alegado, o que impõe a procedência da lide. IV. Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar máximo estabelecido pela lei vigente. O pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e dos danos decorrentes, nos termos da Súmula 14 das Turmas Recursais. V. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na lei 11.482/07, são os únicos textos legais que conferem competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. VI. A alegação de ilegitimidade passiva da ré não merece



guarda porque, em consulta ao sítio eletrônico [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), a mesma encontra-se devidamente cadastrada como integrante do consórcio de seguradoras. Além disto não há autenticidade no documento apresentado às fls. 44/45, respondendo esta solidariamente através do convênio DPVAT. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (Recurso Cível Nº 71001773167, Segunda Turma Recursal Cível do Rio Grande do Sul, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 10/09/2008). (Grifos acrescidos).



Desta forma, tem-se que é totalmente desnecessária a realização de perícia médica no caso vertente, pois não há qualquer controvérsia quanto à incapacidade da Parte Autora, que obteve seu reconhecimento por parte da própria seguradora, uma vez que pagou a indenização legal, entretanto, apenas parcialmente.

O que há é uma discussão jurídica acerca da validade de uma tabela de graduação elaborada pelas seguradoras, ou a prevalência da Lei, que determina o pagamento integral do seguro obrigatório, o que é conhecido como complementação do DPVAT.

O pedido do Requerente se refere a espécie de indenização previamente fixada pela Lei do DPVAT, que estipula um valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para casos de incapacidade parcial, total, ou morte ocasionados por acidente de trânsito.

O cerne da questão reside na validade ou não do inciso II, do art. 3º, da Resolução CNSP nº 154/2006, no qual prevê a aplicação da Tabela de Danos Pessoais na graduação da invalidez permanente parcial.

A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, e a M.P nº 340, posteriormente transformada na Lei nº 11.482/07, estabeleceu o seguinte:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e



despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)  
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)



COMO SE VÊ, A LEI NÃO ESTIPULOU QUALQUER GRADUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, OU DELEGOU AO CNSP/SUSEP PARA FAZÊ-LO.

Considerar limites à Lei do DPVAT, baseada em uma resolução do CNSP/SUSEP, é dar validade a uma derrogação de Lei, estrito senso, por norma de hierarquia inferior, admitindo-se uma evidente QUEBRA DO PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS.

Consoante este entendimento é o do Superior Tribunal de Justiça, que em recente julgado afastou a resolução do CNSP, baseada no princípio suso mencionado, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO OBRIGACIONAL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - APLICAÇÃO DE RESOLUÇÃO EM DETRIMENTO DE LEI - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DO STJ.

Concluído o Tribunal de origem ser devido o pagamento de indenização (DPVAT) por expressa disposição legal, torna-se descabida a alegação do recorrente no tocante à aplicação de Resolução, no caso concreto, visto que o fundamento do Aresto hostilizado está calcado na hierarquia de leis, matéria constitucional por excelência, e não na interpretação dos dispositivos legais indicados, os quais, mesmo que tivessem sido prequestionados, não possibilitariam a reforma do julgado, incidindo a Súmula 83/STJ. Agravo regimental improvido. (STJ. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2008/0004642-7. Rel. Ministro SIDNEI BENETI. T3 - TERCEIRA TURMA. DJe 05/11/2008). (Negrito).



O Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte comunica  
neste sentido. Recentes julgados pacificaram o entendimento, de todas as Câmaras  
Cíveis, que é inaplicável a Resolução do CNSP para fixação da indenização, senão  
vejamos:



APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. PRELIMINARES DE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL E DE INÉPCIA DA INICIAL SUSCITADAS PELA APELANTE. REJEIÇÃO. MÉRITO: acidente automobilístico com vítima fatal. Seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores (dpvat). APLICABILIDADE DA LEI Nº 6.194/74. NORMAS DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS QUE NÃO SE SOBREPÕEM À LEI FEDERAL. HIERARQUIA. FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. AUSÊNCIA DE TRANSGRESSÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS OU À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA. JUROS MORATÓRIOS APLICADOS À PARTIR DA CITAÇÃO VÁLIDA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO. (Negrito). (TJRN. Apelação Cível nº 2008.009875-5. Rel. Des. Amaury Moura Sobrinho. 3ª Câmara Cível. Julg. 27/11/2008).

APELAÇÃO CÍVEL – ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT – APLICAÇÃO DO ART. 3º DA LEI 6.194/74 – POSSIBILIDADE DIANTE DA INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO TÁCITA PELAS LEIS Nº 6.205/75 E Nº 6.423/77 – MATÉRIA PACIFICADA NO STJ – NORMAS DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS QUE NÃO TEM O CONDÃO DE AFASTAR A APLICABILIDADE DA LEI – QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO DE ACORDO COM A DETERMINAÇÃO LEGAL – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE 1º GRAU – CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Pelo que se pode depreender do dispositivo da sentença hostilizada, o julgador monocrático não se utilizou do salário mínimo como forma de atualização da indenização, mas tão somente como referência para o cálculo do montante a ser pago, disposto no art. 3º da Lei 6.194/74.

II - O seguro obrigatório por danos pessoais do segurado no caso de invalidez permanente, deve corresponder ao valor de 40 salários mínimos.







nos termos do art. 3º da Lei 6.194/74, que não foi revogada pelo disposto nas Leis 6.205/75 e 6.423/77.

III – Precedentes desta Egrégia Corte de Justiça. (Grifos acrescidos).  
(TJ/RN: AC: 2008.003439-7. 2ª Cam. Cível. Rel. Des. Aderson Silvino. Julg. 22/07/2008).

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. FIXAÇÃO EM PERCENTUAL SOBRE SALÁRIO MÍNIMO. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, ALÍNEA "B" DA LEI Nº 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE DE RESOLUÇÃO DO CNRP SE SOBREPOR À LEI. HIERARQUIA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. ENTRE NORMAS. IRRESIGNAÇÃO QUE SE RESTRINGIU AO TETO INDENIZÁVEL. DEMAIS QUESTÕES NÃO IMPUGNADAS EXPRESSAMENTE. HONORÁRIOS RAZOÁVEIS EM FACE AO ART. 20 DO CPC E DIANTE DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA CONFIRMADA. (Grifos acrescidos). (TJRN. Apelação Cível nº 2008.000540-6, 1ª Câmara Cível, Relator Desembargador Vivaldo Pinheiro – j. em 19.06.2008). (grifos nossos)

Assim sendo, resta-se configurado o direito autoral, razão pelo que requer a procedência da ação, no sentido de condenar a ré à complementação da indenização devida, de 40 (quarenta) salários mínimos, ou seja, de R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais), o que totaliza em R\$ 16.237,50 (dezesseis mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

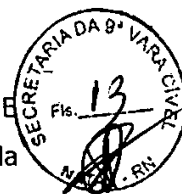
#### IV. DOS PEDIDOS:

Por tudo que foi exposto, vem o autor requerer de Vossa Excelência:

a) que seja o réu condenado a pagar a diferença da indenização do seguro DPVAT em caso de invalidez parcial permanente, *in casu*, R\$ 16.237,50 (dezesseis mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).



devidamente corrigidos e atualizados desde a citação, conforme o art. 405, CC. E ainda, a cominação dos honorários advocatícios, a razão de 20% sobre o valor da causa;



b) a citação do réu, para comparecer a Audiência Preliminar a ser aprazada por este Juízo, e nela querendo apresentar defesa sob pena de incorrer nos efeitos da revelia;

c) o julgamento antecipado da lide nos termos do Art. 330, I do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria unicamente de direito;

d) sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos da Lei n. 1.060/50, com alterações determinadas pela Lei n. 7.5010/86, há vista que o autor não tem condições de arcar com as despesas processuais.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em Direito admitidas, notadamente a documental.

Dá-se a causa o valor de R\$ 16.237,50 (dezesesseis mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Termos em que, pede e espera deferimento.

Natal/RN, 26 de Janeiro de 2010.

**KENNEDY LAFIETE FERNANDES DIÓGENES**

Advogado OAB/RN 5786

**DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES**

Advogado OAB/RN 5983

**ALUÍZIO HENRIQUE DUTRA DE ALMEIDA FILHO**

Advogado OAB/RN 6263





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** NOME: MANOEL MATIAS DA SILVA FILHO  
Nacionalidade MAXARANGUAPÉ, Est. Civil SOLTEIRO  
CPF nº 084.374.344-16, RG Nº 2882059, Tel. 8899-1830  
Endereço: Campo Grande - Rio do Fogo

**OUTORGADO(S):** DANIEL GURGEL MARINHO FERNANDES, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 5983, KENNEDY LAFAIETE FERNANDES DIÓGENES, brasileiro, casado, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 5786, ALUÍZIO HENRIQUE DUTRA DE ALMEIDA FILHO, brasileiro, casado, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 6263, RAPHAEL GURGEL MARINHO FERNANDES, brasileiro, solteiro, Advogado inscrito na OAB/RN sob o nº 7864, VALÉRIA MARIA MARQUES SOUTO, brasileira, solteira, Advogada inscrita na OAB/RN sob o nº 4939 e MARIANE TONUSSI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, Bacharela, todos integrantes do escritório HEBE DIÓGENES MARINHO E DUTRA ADVOGADOS, inscrito na OAB/RN sob o nº 225, e CNPJ sob o nº 08.767.120/0001-20 com sede na R. Dr. Manoel Dantas, 484 - Petrópolis, Natal/RN, CEP. 59.012-270, (Tel. 3221-4144) **para onde devem ser encaminhadas às comunicações de praxe.**

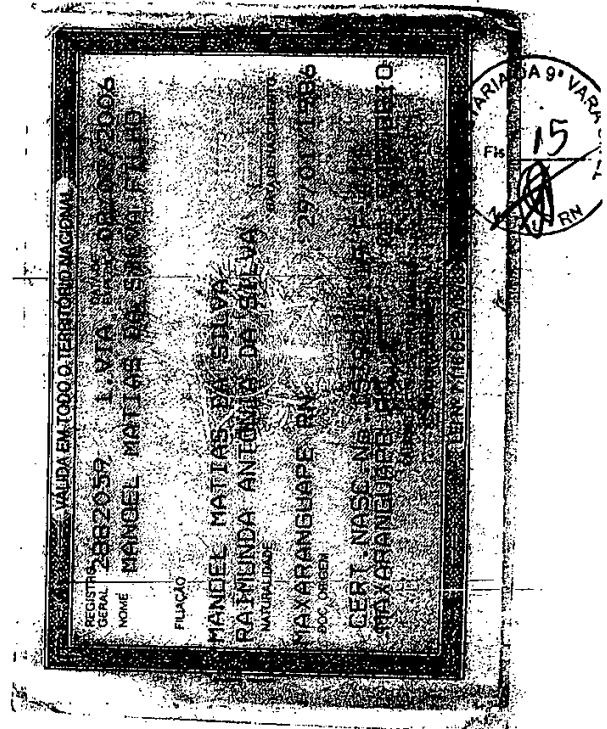
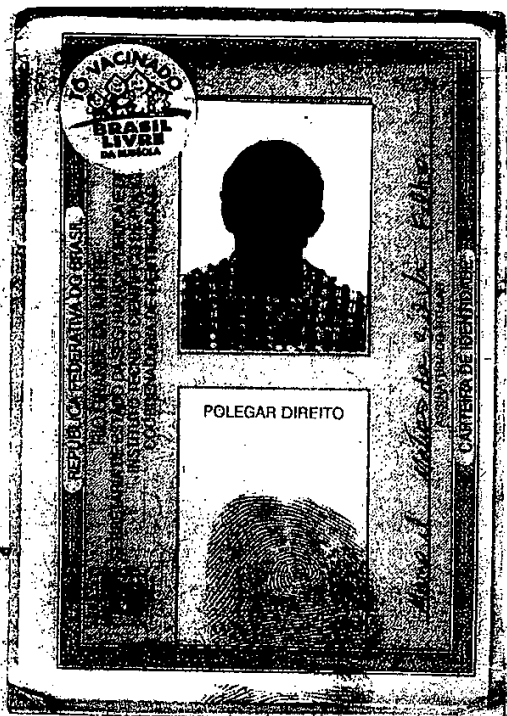
**PODERES:** Todos os poderes constantes da cláusula "ad judicia et extra" para o foro em geral e processos administrativos, podendo em qualquer juízo, instância ou tribunal, justiça especial, comum, federal, pequenas causas, em conjunto ou separadamente, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-los nas contrárias, até o final da decisão, interpondo caso necessário e por convicção os recursos, meios, institutos e remédios jurídicos permitidos em lei, conferindo-lhes ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive o de levantar alvará judicial e saca-lo junto ao Banco do Brasil, além de praticar atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, podendo, ainda substabelecer a presente em outras de igual teor e validade, a quem lhes convier, com ou sem reserva de iguais poderes.

**HONORÁRIOS:** Fica justo e acordado que o OUTORGANTE pagará aos OUTORGADOS, a título de honorários advocatícios, o percentual de 20%(vinte por cento) sobre o valor da condenação, acrescidos de todos os consectários legais, se houver, autorizando desde já, sua retenção no momento da quitação.

Natal/RN, 10, de Setembro de 2009.

Manoel Matias da Silva Filho  
**OUTORGANTE**





## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Por este instrumento particular de declaração, eu, abaixo assinado, Sr(a).—

MANOEL MATIAS DA SILVA FILHO brasileiro(a), portador(a) do RG nº 2882059, emitido por SSP/RN e CPF nº 084.374.344-16, declaro para os devidos fins, e repetirei em juízo se necessário for, que sou residente e domiciliado(a) na Rua POV CAMPO GRANDE, número 30, bairro CANTO GRANDE, no município de RIO DO FOGO, estado RN, Código de Endereçamento Postal (CEP) nº 59.578-000.

Declaro, ainda, que me responsabilizo por qualquer prejuízo que porventura a Seguradora possa ter, no presente e no futuro, face as informações acima prestadas.

Pôr ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração, para que surtam seus efeitos legais.

MANOEL RN, 18 de Agosto 2009

X Manoel Matias da Silva Filho

Imprimir

Dica para Impressão

84- 3202- 3041

84- 3202- 3111

84- 8715- 3114



## NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

COMPANHIA ENERGÉTICA  
DO RIO GRANDE DO NORTE  
RUA MERMOS, 150, BALDO,  
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE  
CEP 59025-250  
CNPJ 08.324.196/0001.81  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



WWW.COSERN.COM.BR

COSERN 116

ARSEP - 0800 84 1009  
PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA - 0800 281 0142AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL  
167 - LIGAÇÃO GRATUITA DE TELEFONES FIXOS E  
TARIFADA NA ORIGEM PARA TELEFONES CELULARESDADOS DO CLIENTE  
PEDRO JERONIMO SILVA

## DATA DE VENCIMENTO

29/07/2009

TOTAL A PAGAR (R\$)  
15,26

## DATA DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL

17/07/2009

## DATA DA APRESENTAÇÃO

22/07/2009

## NÚMERO DA NOTA FISCAL

0000000000621623

NÚMERO DO  
CONTRATO  
0385991010CLASSIFICAÇÃO  
RESIDENCIAL  
MONOFÁSICO  
B1-Baixa RENDEREÇO  
POV CANTO GRANDE, 30CANTO GRANDE - RIO DO FOGO  
RIO DO FOGO-RN CEP-59578000

RESERVADO AO FISCO

BC8B.03B8.ED2E.7898.4BED.C95D.A58E.4BBA

## DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL E INFORMAÇÕES IMPORTANTES

CONSUMO ATIVO 0 - 30 (KWh)	30,00	0,12612	3,78
CONSUMO ATIVO 31 - 60 (KWh)	37,00	0,22063	8,16
CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA			1,37
JUROS POR ATRASO - FATURA 19/06/2009			0,07
MULTA POR ATRASO - FATURA 19/06/2009			0,36
ICMS PARCELA SUBVENCIÓNADA FAT: 19/06/20			1,52

Pague suas contas em dia. Evite gastos desnecessários com multas, juros e taxas de religações. Lembramos que para sua maior comodidade e segurança, as contas de energia podem ser pagas através do Sistema de Débito Automático em Conta corrente. Para efetuar o cadastramento neste sistema, dirija-se ao banco.

TOTAL A PAGAR

15,26

## DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES

Informação	Sigla	Descrição	CONJUNTO	VALOR APURADO mai/2009	VALOR MÉDIA
Todo Consumidor pode solicitar a apuração das indicações DIC, FIC e DMIC a qualquer tempo (Res. ANEEL 024/2000).	DIC	Número de horas, em média, que o cliente foi sem energia	PUREZA - NAO	0,00	39,00
	FIC	Número de vezes, em média, que o cliente foi sem energia	URBANO	0,00	30,00
	DMIC	Duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora		0,00	19,50

## COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

	R\$	%
Geração de Energia	3,83	32,08
Transmissão	0,65	5,44
Distribuição (Cosern)	3,99	33,41
Encargos Setoriais	0,84	7,04
Tributos	2,63	22,03
Total	11,94	100

## HISTÓRICO DO CONSUMO

	19%
JUL 09	67
JUN 09	66
MAI 09	76
ABR 09	92
MAR 09	84
FEV 09	77
JAN 09	84
DEZ 08	82
NOV 08	81
OUT 08	85
SET 08	77
AGO 08	79
JUL 08	68

Informações sobre as condições  
gerais de fornecimento (Resolução  
ANEEL 456/2000), tarifas,  
produtos, serviços prestados e  
impostos se encontram à  
disposição dos consumidores, para  
consulta, nas agências da  
concessionária.

## DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA	ANTERIOR	ATUAL	NÚMERO DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO KWh
8147859	CAT	19/06/2009	7290	7357	27	1		67

DATA PREVISTA PARA PRÓXIMA LEITURA: 17/08/2009

## NÍVEL DE TENSÃO

TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
	MÍNIMO MÁXIMO
220	201,00 231,00

## IMPOSTOS E TAXAS

BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO IMPOSTO	PIS	COFINS
11,94	17%	2,02	0,10	0,51

## INFORMAÇÕES SOBRE A NOTA FISCAL

Pagamento em atraso gera: Multa 2% (Res. 456/ANEEL 29/11/00) e Juros 1% a.m. (Lei 10.438 26/04/02) no próximo mês.  
O cliente deve ser compensado quando a Cosern não cumpre o padrão de continuidade individual (RES. ANEEL 024/00).  
Desconto pela Aplicação de Tarifa Social - R\$ 13,79  
Isento de Reconstrução Tarifária.  
O pagamento desta Nota Fiscal/Fatura deve ser feito somente em espécie.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



**DISQUE-DENÚNCIA 0800842999 - POLÍCIA CIVIL**

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: *Acidente com MOTO (colisão)*

LOCAL: *Conto Grande*

MUNICÍPIO: *Conto Grande* Nº: *12* BAIRRO: *Conto Grande*

COMUNICANTE: *Manoel Matias da Silva Filho* DATA DO FATO: *21/01/2009* HORA DO FATO: *18:30*

FILHO(A) DE: PAI *Manoel Matias da Silva* MÃE *Raimunda Antonia da Silva*

PAÍS DE ORIGEM: *Brasil* NATURAL DE: *Maxaranguape - RN*

NASCIDO EM: *29/11/86* COM *23* ANOS DE IDADE

DOC. *2.882.059* RG: *UF DA RG:* *CPF:* *OUTRO DOC:*

ENDEREÇO: *Povoado Conto Grande nº28 Rio do Fogo - RN*

PROFISSÃO: *Comerciante* FONE:

VÍTIMA NOME: *g. comunicante*

SEXO: *MASC* CÚTIS/ETNIA:

FILHO(A) DE: PAI  MÃE

PAÍS DE ORIGEM:  NATURAL DE:

NASCIDO EM:  COM  ANOS DE IDADE  ESCOLARIDADE

DOC.  RG:  UF DA RG:  CPF:  OUTRO DOC:

ENDEREÇO:  FONE:

PROFISSÃO:  LOCAL DE TRAB:

ACUSADO:  SEXO:  ALCUNHA:

FILHO(A) DE: PAI  CÚTIS/ETNIA:

PAÍS DE ORIGEM:  MÃE

NASCIDO EM:  NATURAL DE:

DOC.  RG:  COM  ANOS DE IDADE  ESCOLARIDADE

ENDEREÇO:  UF DA RG:  CPF:  OUTRO DOC:

PROFISSÃO:  LOCAL DE TRAB:  FONE:

HISTÓRICO: *Diz a vítima que na data e local do fato acima mencionado sofreu uma colisão, onde um veículo cor de vermelho bateu em sua moto Honda CG 125 Titan 99, modelo nº 472462282, que a vítima conduzia a referida moto e sofreu lesões na perna esquerda, que a moto está em nome de Francisco das Chagas Matias da Silva.*

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
SECRETARIA DA DEFESA SOCIAL  
DIRETORIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR  
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE TOUROS  
Av. Adriana Dantas Ribeiro, s/n - Touros / RN - Fone: 3263-3990

TESTEMUNHA:

ENDEREÇO:

TESTEMUNHA:

ENDEREÇO:

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS:

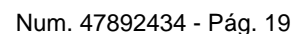
ASSINATURA COMUNICANTE: *Manoel Matias da Silva Filho* DATA: *28/07/2009*

NOME E ASSIN: *Manoel Matias da Silva Filho* SERVIDORIA: *96521-9*

MATRÍCULA:



SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS  
 (AUTOMOTORES DE TRAFEGO TERRESTRE) OU POR SUA CARGA A PESSOAS  
 TRANSPORTADAS OU NAU, SEGURO DPVAT







Rio Grande do Norte

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA  
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL  
PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO



## BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

442

NOME: MANOEL MATIAS DA SILVA FILHO Mãe: RAIMUNDA ANTONIA DA SILVA  
IDADE: 19 COR: SEXO: MASC ESTADO CIVIL: SOLTEIRO  
NATURALIDADE: RIO DO FOGO PROFISSÃO: AGRICULTOR PROCEDÊNCIA: VIA PÚBLICA  
ENDEREÇO: POVOADO DE CANTO GRANDE, SN BAIRRO: ZONA RURAL  
CIDADE: RIO DO FOGO DATA: 21/01/2007 HORA: 19:40

## CONDIÇÕES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

ARENTEMENTE BEM ☐ REGULAR ☐ COM DISPINEIA ☐ CHOCADO ☐ COMATOSO ☐  
C/ HEMORRAGIA ☐ EM CONVULSÃO ☐ POLITRAUMATIZADO ☐ AGITADO ☐ OUTROS ☐

ALEGA ACIDENTE DE TRABALHO SIM ☐ NÃO ☐

PUPILAS A) NÍVEL DE CONSCIÊNCIA (GLASGOW) B) FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA C) PRESSÃO ARTERIAL

ESCORE FINAL (SCORE DE TRAUMA MODIFICADO) A+B+C

TEMP. RESPIRAÇÃO PULSO T.A.

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA)

*Acidente de trânsito de queda de moto - 110 - com trauma na cabeça e no corpo.*

EXAME FÍSICO

*Exame físico.*

## SCORE DO TRAUMA MODIFICADO T - RTS

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	RESPIRAÇÃO	GLASGOW	SCORE FINAL	TEMP.	PULSO

DIAGNÓSTICO INICIAL

*Fratura na perna (E)*

*ACIDENTE*





# RELATÓRIO MÉDICO PARA AVALIAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL)

ATENÇÃO: A finalidade deste relatório é agilizar a avaliação da invalidez permanente, não sendo obrigatória a sua apresentação.

NOME COMPLETO DA VÍTIMA: MANOEL MATIAS DA S. FILHO NÚMERO DO SINISTRO: \_\_\_\_\_

## DECLARAÇÕES DO MÉDICO (DE PRÓPRIO PUNHO)

DATA DO ACIDENTE: 31.01.07 DATA DO INÍCIO DO TRATAMENTO MÉDICO: 31.01.07  
NOME COMPLETO E CRM DO MÉDICO: Múcio Aurélio N. Lúcio CRM 3281-PR

LESÕES RESULTANTES DO ACIDENTE:

TRUQUE FRATURA DA PERNA ESQUERDA

DADOS RESUMIDOS DOS TRATAMENTOS REALIZADOS (DATA):

POZ OUTODOSINTOSE

EXISTE ALGUM DEFEITO FÍSICO OU DOENÇA PRÉ-EXISTENTE? ☐ SIM ☒ NÃO  
CASO POSITIVO DESCREVER: \_\_\_\_\_

COM RELAÇÃO A INVALIDEZ PODE-SE CONCLUIR QUE:

☐ A INVALIDEZ É TEMPORÁRIA, PORTANTO PASSÍVEL DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA ATRAVÉS DE TRATAMENTO.  
☒ A INVALIDEZ É PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ POSSIBILIDADE DE RECUPERAÇÃO SIGNIFICATIVA OU DE CURA.

GRAU DE INCAPACIDADE FUNCIONAL IRREVERSÍVEL (especificar o segmento ou órgão atingido)

SEGMENTO ANATÔMICO OU ÓRGÃO AFETADO	
1º	<u>TRUQUE PERDA DA FORÇA DOS 30%.</u>
2º	<u>DO MOVIMENTO DA ALGUA -</u>
3º	<u>EXTENSÃO DE FLEXÃO</u>
4º	<u>ESQUERDA.</u>
5º	

AFIRMO QUE ASSISTI E/OU AVALIEI A VÍTIMA NO PERÍODO DE \_\_\_\_\_  
QUE AS RESPOSTAS ACIMA, SÃO COMPLETAS E VERDADEIRAS.

NATAL 18.08.09  
LOCAL DATA

A \_\_\_\_\_ E \_\_\_\_\_  
Múcio Aurélio N. Lúcio  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 3281-PR  
ASSINATURA E CARIMBO

ANEXAR CÓPIAS DE PRONTUÁRIOS MÉDICOS RELATIVOS AO ACIDENTE

LOCAL DATA ASSINATURA DA VÍTIMA



CAIXA ECONOMICA FEDERAL | LINHA AZUL | AUTO ATENDIMENTO | 26/10/2009

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATA | EXTRATO DE POUPANCA  
PAG: 001

AG: 1069 CEARA-MIRIM OPER: 013 CONTA: 56.251-4  
PERIODO: 01102009 ATE: 26102009 CPF: 084.374.344-16  
NOME: MANOEL MATIAS DA SILVA FI VLR.BLQ.JUD. : 0,00



DATA MOV	NR.DOC	HISTORICO	T A X A	V A L O R	S A L D O
13/10/2009	000000	REM BASICA	0,000000000	0,00 C	50,26 C
13/10/2009	000000	CRED JUROS	0,500000000	0,25 C	50,51 C
13/10/2009	925800	DOC ELET	0,000000000	2.362,50 C	2.413,01 C
23/10/2009	000000	RETIRADA	0,000000000	2.000,00 D	413,01 C

SALDO EM 23/10/2009 R\$ 413,01 C

F1 AJUDA F4 SALDO POR DATA LIMITE F7 VOLTAR PAG.  
RETORNAR F6 EXTRATO ANTERIOR F8 AVANCAR PAG. F12 FINALIZAR

Data: 26/10/2009 Time: 11:08:41





W.T. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA  
RUA JOSÉ AGNALDO DE BARROS, 2874 - NATAL/RN - CEP: 59066-220  
TEL: 4008-9999 - FAX: 4008-9962 - E-MAIL: wtltda@wtltda.com.br  
CNPJ: 35.291.038/0001-45 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 20.032.879-4

VALOR R\$

3.30

## RECIBO

Recebi (emos) de \_\_\_\_\_

A importância de \_\_\_\_\_

PROC. 001/10 002270 - 8

Referente 22 cópias

Natal, 22 de 10 de 2010

PAGO

Assinatura



543525

sem acordo  
proposta não aceita

## AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO

[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

### Informações da Vítima

Nome completo: Manoel Matias da Silva Filho  
CPF: 084.374.394-16  
Endereço completo: Sítio Lento Grande, Rio do Fogo -  
Ru.

### Informações do acidente

Local: Rio do Fogo - RJ  
Data do Acidente: 21 / 03 / 2007

### Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº \_\_\_\_\_, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na \_\_\_\_\_ Vara Cível ou JEC da Comarca de \_\_\_\_\_ - (\_\_\_\_), estando ciente que a referida prova médico-legal será anexada aos autos, para fins de prova documental, nos termos do artigos 397 e 427 do CPC.

Manoel Matias da Silva Filho  
Assinatura da vítima

### Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s);

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- ☐ Sim, em que prazo:
- ☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ **Total**  
(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima).

b) ☒ **Parcial**  
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ **Parcial Completo** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <i>perna</i>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
2ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
3ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa
4ª Lesão	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

*Nat. 13/12/12*

Assinatura do médico CRM

*[Assinatura]*

*André de Oliveira Leal*  
MÉDICO  
CRM 5264361-0







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL/RN**

Processo nº: 0002270-16.2010.8.20.0001

Ação: Procedimento Sumário

Autor: Manoel Matias da Silva Filho

Réu: Unibanco Aig Seguros

**SENTENÇA**

Vistos etc.

**Manoel Matias da Silva Filho**, qualificado, propõe **ação de cobrança do seguro DPVAT** em face de **Unibanco Seguros S.A.**, igualmente qualificada.

O autor foi vítima de acidente de trânsito e sofreu lesões com sequelas físicas de caráter permanente. Assim, ajuizou a presente demanda pugnando pelo pagamento da indenização que entende fazer jus.

A petição inicial foi instruída com documentos.

Contestação às fls. 32/41, suscitando, em suma: ilegitimidade passiva e necessidade de substituição da parte ré pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A; ausência de interesse de agir, uma vez que o autor já recebeu o valor indenizatório a que fazia jus; o valor da indenização deve ser proporcional ao mal sofrido e o autor já recebeu indenização na proporção de sua invalidez.

A contestação se fez acompanhar de documentos.

Termo de audiência conciliação às fls. 30/31, oportunidade em que foram rejeitadas as preliminares suscitadas na contestação.

Tentativa de conciliação em mutirão DPVAT, sem êxito, fl. 61.

Laudo pericial no mutirão DPVAT, fls. 62/63.

Certidão de fl. 68, dando conta do não comparecimento do autor em novo mutirão DPVAT, fl. 68.

**É o relatório. Passo à fundamentação e decisão.**

Promovo o julgamento antecipado da lide, vez que a matéria em exame prescinde da produção de prova em audiência.

As preliminares processuais foram analisadas e rejeitadas por este Juízo em decisão de fls. 30/31.

Adentrando no mérito, conforme o laudo pericial de fls. 62/63, exarado por ocasião do mutirão DPVAT ocorrido em 25/11/2010, o autor sofreu fratura dos ossos da perna esquerda, sem indicação de qualquer tratamento de reabilitação, com dano anatômico e/ou funcional parcial incompleto no tornozelo esquerdo, estimado pelo perito em 25% leve.

Em sendo assim, considerando o limite de R\$ 13.500,00 estabelecido na Lei 11.482/2007, e tendo em vista os percentuais de perda constantes na tabela anexa à Lei 11.945/2009, o autor faz jus a uma indenização que corresponde a 25% de 25%, previstos para os casos de *perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo*, ou seja, o autor deveria receber uma indenização no valor de R\$ 843,75.

Ocorre que na petição inicial o autor admite já haver recebido



administrativamente a importância de R\$ 2.362,50, inclusive consoante comprova o extrato bancário de fl. 22 e verso. Diante disso, o autor nada mais tem a receber da seguradora ré a título de indenização securitária, relativamente ao acidente em espécie.

Isto posto, **julgo improcedente** a pretensão deduzida na peça vestibular.

O autor, beneficiário da justiça gratuita, fica isento do pagamento de custas processuais, mas pagará honorários ao advogado da parte ré no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), com fulcro no art. 20, § 4º do CPC, todavia a execução dos honorários fica condicionada a comprovação da condição de pagamento, observado o prazo prescricional previsto na Lei 1.060/50.

Eventual cumprimento de sentença dar-se-á através do Processo Judicial Eletrônico – PJe.  
Sentenciado nesta data em razão do volume de processos em tramitação na Vara.

P.R.I.

Natal/RN, 30 de setembro de 2014

Mádsen Ottoni de Almeida Rodrigues  
Juiz de Direito

